

Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia

Ata da reunião n.º 8/2013

Aos onze dias do mês de setembro do ano dois mil e treze, pelas catorze horas, na sala 3.18 do edifício 2 da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), deu-se início à reunião n.º 8/2013 do Conselho Científico da Faculdade de Ciências e Tecnologia (CC).

Presidiu o Prof. Robertus Josephus Hendrikus Potting e estiveram presentes os seguintes membros:

Amílcar Manuel Marreiros Duarte
Carla Maria Rolo Antunes
Cristina Carvalho Veiga-Pires
Gustavo Nuno Barbosa Nolasco
João Carlos Serafim Varela
José António de Sousa Moreira
José Paulo Soares Pinheiro
Maria da Graça Nunes da Silva Rendeiro Marques
Maria de Lurdes dos Santos Cristiano
Maria Jacinta Silva Fernandes
Maria Manuela Antunes Marques David
Maria Margarida Miranda de Castro
Óscar Manuel Fernandes Cerveira Ferreira
Rafael Brigham Neves Ferreira Santos
Rui Carlos de Maurício Marreiros
Rui Manuel Farinha das Neves Guerra
Sérgio Manuel Machado Jesus
Susana Paula Graça Carreira
Tomasz Boski
Vera Linda Ribeiro Marques

Justificaram a ausência os professores Maria João Anunciação Franco Bebianno, Paulo José Garcia de Lemos Trigueiros de Martel e Rui Orlando Pimenta Santos. Também não compareceu à reunião o professor Adelino Vicente Mendonça Canário.

Participou na reunião o professor Rui Cabral e Silva, diretor da Faculdade e a professora Margarida de Lurdes de Jesus Bastos Cristo, presidente do Conselho Pedagógico.

Para esta reunião estava prevista a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião n.º 7/2013.
2. Informações.
3. Delegação de competências no presidente.
4. Designação de dois relatores e decisão sobre o processo de equivalência de habilitações estrangeiras, do diploma de "farmácia", Zaporozhye State Medical University, Ucrânia, de Tetiana Sanina.
5. Aprovação da composição de júri de provas de mestrado em Engenharia do Ambiente, da aluna Cátia Susana Filipe Cavaco.
6. Aprovação de contratação por tempo indeterminado da professora auxiliar Ana Margarida Moutinho Grenha.
7. Proposta de contratação do doutor Pedro Guerreiro, como professor auxiliar convidado, a tempo parcial a 25%, sem remuneração, com início a 1 de setembro (DCBB).

8. Proposta de contratação da mestre Sónia Maria Loução Talhé Azambuja, como assistente convidada, em regime de tempo parcial a 40%, por um ano, para lecionar as disciplinas de História de arte dos jardins I e II, Arquitetura paisagista II, para a licenciatura em Arquitetura Paisagista (DCTMA).
9. Propostas de contratação de professor auxiliar convidado, a tempo parcial, sem remuneração, para o DCBB:
 - a. Doutor Bruno Emanuel Pereira Louro.
 - b. Doutor Cymon J. Cox.
 - c. Doutor João Carlos dos Reis Cardoso.
 - d. Doutor João Luís Vargas de Almeida Saraiva.
 - e. Doutora Liliana Isabel Tomé dos Anjos Guerreiro.
 - f. Doutora Natércia Maria da Silva Conceição.
 - g. Doutora Patrícia Isabel Silvestre Pinto.
 - h. Doutor Ricardo Mário Bastos Leite.
 - i. Doutor Rodrigo da Silva Costa.
 - j. Doutora Teresa Paula Martins Tiago.
10. Alteração à distribuição de serviço docente do DEEI.
11. Proposta de abertura do curso de pós-graduação em Ecohidrologia Costeira, ano letivo 2013/2014.
12. Proposta de criação do mestrado em Urban Water Cycle, em conjunto com o ISE, a FE e o DCBM.
13. Proposta de criação do mestrado integrado em Engenharia dos Sistemas Biológicos, em conjunto com o ISE.
14. Proposta de alteração do regulamento do mestrado em Geomática.
15. Comentários do júri de avaliação em dissertações e projetos de estágio.
16. Procedimento de nomeação das direções de curso.
17. Regência de unidades curriculares em casos de múltiplos responsáveis.
18. Tomada de posição sobre o número de exames por semestre para cada disciplina.

No início da reunião, o Presidente propôs que o ponto 9 da ordem de trabalhos, relativamente ao qual não foi recebida a devida documentação, fosse substituído pela aprovação de duas equiparações a bolseiro, por período superior a um mês, no seguimento de pedidos recebidos após a convocatória da reunião.

Ponto 1 – Aprovação da ata da reunião n.º 7/2013.

Após introduzidas algumas pequenas alterações, a ata da reunião n.º 7/2013 foi a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes que também estiveram presentes na reunião n.º 7/2013.

Ponto 2 – Informações.

O Diretor da Faculdade prestou alguns esclarecimentos sobre os prazos de apresentação das propostas de novos cursos que deverão funcionar no próximo ano letivo. Informou ainda que foi publicado o Manual de Qualidade da Universidade do Algarve, o que deve ser tido em consideração na Faculdade, uma vez que os procedimentos que teremos que seguir devem respeitar esse Manual.

Chamou ainda a atenção para a receção aos novos alunos, na qual devem estar presentes todos os Diretores de Curso. Os alunos serão dispensados das aulas para poderem participar nesse evento.

O Diretor informou ainda que o portal da Universidade já está a funcionar a apelou a que os docentes coloquem os materiais de apoio aos alunos no portal.

Informou ainda que a consulta para contratação de um docente para a área das Ciências Farmacêuticas já foi concluída, tendo sido selecionado o professor João Rocha, que já tem vindo a lecionar na nossa Faculdade, no âmbito da colaboração com a Universidade Nova de Lisboa.

A professora Manuela David informou que brevemente será enviada aos Departamentos uma lista dos alunos da Universidade que vão para fora, no âmbito de programas de mobilidade. Essa informação deve ser dada aos docentes para que, enquanto não houver uma forma rápida de retirar os nomes desses alunos das pautas que chegam aos docentes, estes verifiquem se têm algum desses alunos nas suas UC e não lancem as suas notas como reprovado, uma vez que isso vai fazer com que posteriormente seja necessário alterar as notas, quando os alunos regressam, o que é bastante moroso.

Alertou ainda para que sempre que os alunos peçam para fazer estágios fora da instituição, o façam de forma oficial. Os orientadores devem alertar os alunos para isso.

Ponto 3 – Delegação de competências no presidente:

Foi apresentada uma nova proposta de delegação de competências no presidente do conselho científico da FCT, corrigindo assim a proposta aprovada na reunião anterior e que se veio a verificar ter algumas deficiências. A proposta agora apresentada foi a seguinte:

De modo a poder haver uma resposta atempada a diversos assuntos correntes e a não sobrecarregar o conselho científico, o conselho delega no seu presidente, Prof. Doutor Robertus Josephus Hendrikus Potting, as competências para em seu nome decidir sobre:

Departamentos:

- 1. A aprovação pedidos de equiparação a bolseiro e deslocação em serviço quando referentes a missões de duração não superior a 30 dias seguidos.*
- 2. As modificações pontuais à distribuição do serviço docente, sob proposta fundamentada dos departamentos.*

Cursos [1.º ciclo]:

- 3. Admissão de candidatos aos regimes de mudança de curso, transferência e reingresso que não tenham prova de ingresso exigida para a sua frequência, atendendo ao parecer da direção de curso.*

Cursos [1.º/2.º ciclo]:

- 4. A aceitação de pedidos de creditação.*
- 5. A criação de cadeiras de opção, para os cursos de primeiro ciclo e de segundo ciclo, e sua calendarização, de acordo com os planos de estudo, a pedido das comissões de curso, desde que dessa criação não resulte serviço docente adicional.*

Cursos [2.º ciclo]:

- 6. A aceitação e a seriação dos candidatos aos programas de segundo ciclo, sob proposta da direção de curso.*
- 7. Aprovação da aceitação e seriação dos candidatos a mestrado pelos licenciados pré-Bolonha, sob proposta da direção de curso, de acordo com o despacho reitoral 33/2011.*
- 8. A aprovação do pedido de prorrogação do prazo de entrega de dissertação de mestrado ou de suspensão de contagem dos prazos, após parecer fundamentado da direção de curso.*

9. *O reconhecimento de que o grau académico estrangeiro de que um candidato a programa de mestrado é titular satisfaz os objetivos do grau de licenciado, nos termos do artigo 17.º, n.º1, alínea c) do Decreto-Lei 74/2006, revisto pelo Decreto-Lei 107/2008, com base em parecer fundamentado da direção de curso.*
10. *O reconhecimento de que o currículo escolar de que um candidato a programa de mestrado é detentor atesta a sua capacidade para realizar o ciclo de estudos, nos termos do artigo 17.º, n.º1, alínea d) do Decreto-Lei 74/2006, revisto pelo Decreto-Lei 107/2008, com base em parecer fundamentado da direção de curso.*
11. *Aprovação de registo de dissertação e respetivos orientadores de alunos de mestrado, com base em parecer fundamentado da direção de curso.*

Cursos [2.º/3.º ciclo]:

12. *A aprovação das propostas de composição dos júris para as provas públicas de discussão das dissertações de mestrado, doutoramento, trabalho de projeto, relatório final de estágio ou relatório de prática de ensino supervisionado, na ausência de contestação fundamentada, após divulgação por todos os membros do CC, com um prazo de cinco dias para que estes possam dar a sua opinião.*
13. *A autorização para que a dissertação, trabalho de projeto, relatório final de estágio ou relatório da prática de ensino possa ser redigida numa língua estrangeira.*
14. *Aprovação das propostas de suspensão da contagem de tempo para mestrados e doutoramentos em casos de maternidade ou paternidade e baixa médica por doença prolongada.*

Cursos [3.º ciclo]:

15. *Aprovação do pedido de prorrogação do prazo de entrega de tese de doutoramento, desde que haja parecer favorável do orientador e diretor do programa, ou seja, para os pedidos de suspensão de prazo não imputáveis ao aluno.*
16. *O reconhecimento de que o currículo escolar ou científico de que um candidato a programa de doutoramento é detentor é especialmente relevante e atesta a sua capacidade para realizar o ciclo de estudos, nos termos do artigo 30.º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei 74/2006, revisto pelo Decreto-Lei 107/2008, com base em parecer fundamentado do diretor de curso.*
17. *O reconhecimento de que o currículo escolar ou científico ou profissional de que um candidato a programa de doutoramento é detentor atesta a sua capacidade para realizar o ciclo de estudos, nos termos do artigo 30.º, n.º 1, alínea c) do Decreto-Lei 74/2006, revisto pelo Decreto-Lei 107/2008, com base em parecer fundamentado do diretor de curso;*
18. *A admissão de candidatos ao programa de doutoramento, devidamente informada pelo diretor do programa de doutoramento.*

19. A alteração do título da tese de doutoramento, sob proposta do doutorando e aprovação do orientador.

20. Aprovação de propostas de composição de comissão de creditação ad hoc para programas de doutoramento.

21. Dispensa de provas complementares, em programas de doutoramento.

O presidente informará o conselho dos atos realizados por delegação de competências.

Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

Ponto 4 - Designação de dois relatores e decisão sobre o processo de equivalência de habilitações estrangeiras, do diploma de "Farmácia", Zaporozhye State Medical University, Ucrânia, de Tetiana Sanina:

O professor João Varela entrou na sala, tendo participado na reunião a partir deste ponto da ordem de trabalhos.

Foi aprovada por unanimidade a designação das professoras Maria da Graça Miguel e Conceição Mateus como reladoras para o processo de equivalência de habilitações estrangeiras, do diploma de "Farmácia", da Universidade Estatal de Medicina de Zaparoje (Zaporozhye State Medical University), da Ucrânia, de Tetiana Sanina.

Tendo por base o parecer elaborado pelas professoras Maria da Graça Miguel e Conceição Mateus, foi aprovado, por unanimidade, o pedido de equivalência de habilitações estrangeiras, do diploma de "Farmácia", da Universidade Estatal de Medicina de Zaparoje (Zaporozhye State Medical University), da Ucrânia, de Tetiana Sanina, ao grau de licenciado em Estudos Básicos de Ciências Farmacêuticas da Universidade do Algarve.

Ponto 5 – Aprovação da composição de júri de provas de mestrado em Engenharia do Ambiente, da aluna Cátia Susana Filipe Cavaco.

Apesar de este assunto estar no âmbito das competências delegadas no presidente do Conselho Científico, o presidente trouxe este assunto ao Conselho por ter o mesmo sido objeto de contestação fundamentada por parte de um dos membros do conselho.

A proposta de júri de provas de mestrado em Engenharia do Ambiente da aluna Cátia Susana Filipe Cavaco apresentada foi a recebida da direção do mestrado e tem a seguinte composição:

Doutor Luís Miguel de Amorim Ferreira Fernandes Nunes, professor auxiliar da Faculdade de Ciências e tecnologia, da Universidade do Algarve (presidente)

Doutora Maria Margarida da Cruz Godinho Ribau Teixeira, professora auxiliar da Faculdade de Ciências e Tecnologia, da Universidade do Algarve (orientadora)

Doutora Maria Emília Bárbara Madeira e Madeira, professora auxiliar da Faculdade de Economia, da Universidade do Algarve

Durante a discussão deste ponto foi referido por alguns conselheiros que não se deve permitir que no mesmo júri possam estar pessoas com relações familiares de 1º grau entre si, nomeadamente marido e esposa. Foi referido que a presidência do júri pode ser exercida por outro elemento da direção de curso.

Foram ainda levantadas dúvidas sobre a participação da professora Emília Madeira neste júri, uma vez que não se conhece nenhuma atividade desta professora na área científica da tese de Mestrado a avaliar.

Colocada à votação, a proposta foi rejeitada com zero votos a favor, seis abstenções (José Paulo Pinheiro, Cristina Veiga-Pires, Óscar Ferreira, Sérgio Jesus, Tomasz Boski e Gustavo Nolasco) e com quinze votos contra (Amílcar Duarte, Carla Antunes, João Varela, José Moreira, Graça Marques, Lurdes Cristiano, Jacinta Fernandes, Manuela David, Margarida Castro, Rafael Santos, Robertus Potting, Rui Marreiros, Rui Guerra, Susana Carreira e Vera Marques)

Ponto 6 - Aprovação de contratação por tempo indeterminado da professora auxiliar Ana Margarida Moutinho Grenha.

Este ponto foi adiado para uma próxima reunião, por não terem sido ainda recebidos todos os pareceres solicitados.

Ponto 7 - Proposta de contratação do doutor Pedro Costa Guerreiro, como professor auxiliar convidado, a tempo parcial a 25%, sem remuneração, com início a 1 de setembro (DCBB).

A proposta de contratação do doutor Pedro Miguel Guerreiro da Costa Guerreiro como professor auxiliar a 25%, sem remuneração, por um ano, com início a 1 de setembro, para lecionar a unidade curricular *Fisiologia Animal* dos cursos de Biologia, Biologia Marinha, Bioquímica e Biotecnologia (DCBB), foi analisada por este conselho.

A proposta de nomeação de dois relatores - professora Maria Margarida Miranda de Castro e professora Teresa Modesto - para o processo de contratação do doutor Pedro Guerreiro, foi aprovada por unanimidade.

Com base nos pareceres elaborados pelas professoras Margarida Castro e Teresa Modesto, a proposta de contratação do professor Pedro Costa Guerreiro foi aprovada por unanimidade.

Ponto 8 – Proposta de contratação da mestre Sónia Maria Loução Talhé Azambuja, como assistente convidada, em regime de tempo parcial a 40%, por um ano, para lecionar as disciplinas de História de arte dos jardins I e II, Arquitetura paisagista II, para a licenciatura em Arquitetura Paisagista (DCTMA).

A proposta de contratação da mestre Sónia Maria Loução Talhé Azambuja, como assistente convidada, em regime de tempo parcial a 40%, por um ano, para lecionar as disciplinas de História de Arte dos Jardins I e II, Arquitetura paisagista II, para a licenciatura em Arquitetura Paisagista (DCTMA), foi aprovada por maioria, com vinte votos a favor (Amílcar Duarte, Carla Antunes, Cristina Veiga-Pires, Graça Marques, Gustavo Nolasco, Jacinta Fernandes, João Varela, José Moreira, Lurdes Cristiano, Manuela David, Margarida Castro, Óscar Ferreira, Rafael Santos, Robertus Potting, Rui Marreiros, Rui Guerra, Sérgio Jesus, Susana Carreira, Tomasz Boski e Vera Marques) e um voto contra (José Paulo Pinheiro). O professor José Paulo Pinheiro apresentou a seguinte declaração de voto: *"Voto contra a contratação de qualquer docente em tempo parcial para assegurar a lecionação de disciplinas que na sua essência são constituintes integrantes dos cursos. Isto contraria a essência do que deve ser a figura do professor convidado."*

Ponto 9 – Aprovação de duas equiparações a bolseiro, por período superior a um mês.

O pedido de equiparação a bolseiro do professor Nenad Manojlović para o período entre 1 de outubro e 30 de novembro de 2013 foi aprovado por unanimidade.

O pedido de equiparação a bolseiro da professora Maria João Bebianno para o período entre 23 de setembro e 29 de outubro de 2013 foi aprovado por unanimidade.

Ponto 10 – Alteração à distribuição de serviço docente do DEEI.

Foi apresentada ao conselho científico uma proposta de alteração à distribuição de serviço docente do Departamento de Engenharia Eletrónica e Informática, aprovada no respetivo conselho de Departamento. Este pedido de alteração da distribuição do serviço docente fundamenta-se no facto de o 1) Prof. Fernando Lobo ainda não ter aprovada a licença sabática solicitada, 2) a licença sabática anual do Prof. Pedro Guerreiro ter sido substituída por uma dispensa de serviço docente especial apenas durante o primeiro semestre, 3) ter havido uma dispensa de serviço por razão de doença da professora Isabel Leiria, durante o primeiro semestre.

O Diretor informou que o Reitor ainda não despachou o pedido de sabática do professor Fernando Lobo, por haver um processo disciplinar em curso. Porém, a equiparação a bolseiro do professor Fernando Lobo foi aprovada e este professor encontra-se neste momento no estrangeiro.

O conselho tomou conhecimento de uma carta do professor António Ruano, manifestando a sua discordância com esta proposta. O professor Sérgio Jesus referiu que há uma carência de docentes no departamento, devido à saída sem substituição de alguns docentes do departamento. Assim, qualquer que seja a solução encontrada, haverá sempre alguém que se sente lesado.

A professora Cristina Veiga-Pires perguntou se o ISE foi questionado sobre a disponibilidade para assegurar algum do serviço docente em falta, nomeadamente a UC atribuída ao Prof. António Ruano, contra a sua vontade. O professor Sérgio de Jesus respondeu que esta questão não foi colocada.

A professora Manuela David manifestou estranheza pelo facto de o Departamento querer atribuir serviço docente a um professor que se encontra no estrangeiro, devidamente autorizado.

Questionado sobre a possibilidade de contratar algum bolseiro do departamento para leccionar as UC que não têm docente atribuído, o professor Sérgio Jesus respondeu que depois da decisão do CC logo se vê o que fazer. O professor Sérgio Jesus referiu ainda que neste momento apenas uma UC se encontra sem docente assegurado. Essa UC não atribuída é a UC de Sistema de Redes e Telecomunicações, do 2º semestre. Uma UC semelhante é lecionada no ISE no 1º semestre.

Colocada à votação a proposta de alteração da distribuição do serviço docente do DEEI, a mesma foi reprovada com dois votos a favor (Sérgio Jesus e Tomasz Boski) uma abstenção (Susana Carreira) e dezoito votos contra (Amílcar Duarte, Carla Antunes, Cristina Veiga-Pires, Graça Marques, Gustavo Nolasco, Jacinta Fernandes, João Varela, José Moreira, Lurdes Cristiano, Manuela David, Margarida Castro, Óscar Ferreira, Rafael Santos, Robertus Potting, Rui Marreiros, Rui Guerra e Vera Marques).

Ponto 11 – Proposta de abertura do curso de pós-graduação em Ecohidrologia Costeira, ano letivo 2013/2014.

A proposta de abertura do curso de pós-graduação em Ecohidrologia Costeira, para o ano letivo 2013/2014, foi aprovada por unanimidade.

Ponto 12 – Proposta de criação do mestrado em Urban Water Cycle, em conjunto com o ISE, a FE e o DCBM.

Este ponto da ordem de trabalhos foi discutido conjuntamente com o ponto seguinte. Os membros do conselho fizeram várias críticas às propostas apresentadas e sobretudo ao processo de elaboração das mesmas.

A professora Margarida Castro afirmou que os novos cursos deveriam passar pelos departamentos, opinião que foi apoiada por vários colegas.

A professora Margarida Cristo lembrou que as propostas de novos cursos devem ir ao conselho pedagógico para emissão de parecer, antes de vir ao conselho científico. Afirmou ainda que a emissão desse parecer só pode ser feita com base em decisão do conselho em reunião. Perante o calendário apresentado, que obriga

à entrega das propostas até dia quinze de Setembro, não há possibilidade de reunir o conselho pedagógico para emissão de parecer até essa data.

Considerando a necessidade de uma discussão mais aprofundada deste assunto, , foi decidido por consenso fazer a seguinte calendarização deste processo.

Até dezasseis de Setembro devem as propostas finais ser submetidas aos departamentos, para parecer; até dezoito de Setembro, os departamentos deverão emitir pareceres sobre as propostas (incluindo eventuais sugestões de alteração); até vinte três de setembro as versões finais das propostas (na forma em que serão aprovados no Senado e submetidos à A3ES), deverão ser submetidas ao conselho científico e ao conselho pedagógico; considera-se que até vinte cinco de Setembro o Conselho Pedagógico terá tempo para reunir e emitir parecer sobre as propostas apresentadas; no dia vinte cinco de Setembro haverá uma reunião extraordinária do conselho científico para aprovação das propostas. Os Serviços Académicos poderão analisar as propostas entre vinte cinco de Setembro e dois de outubro, data em que as propostas serão discutidas em senado. Resta um período de cerca de duas semanas (até 15 de outubro) para introduzir as propostas no portal da A3ES.

Ponto 13 – Proposta de criação do mestrado integrado em Engenharia dos Sistemas Biológicos, em conjunto com o ISE.

Este ponto foi discutido conjuntamente com o ponto anterior.

Ponto 14 – Proposta de alteração do regulamento do mestrado em Geomática.

Este ponto da ordem de trabalhos não foi discutido por proposta da professora Cristina Veiga-Pires, devido a que recentemente foi publicada nova regulamentação nacional, a que o regulamento deste mestrado deve ser adaptado.

Ponto 15 – Comentários do júri de avaliação em dissertações e projetos de estágio.

O professor Óscar Ferreira deixou de fazer parte dos trabalhos durante a discussão deste ponto.

Este ponto da ordem de trabalhos suscitou uma longa e acesa discussão. Foram registados dois princípios aparentemente contraditórios. Por um lado, devemos garantir o livre acesso aos trabalhos académicos. Por outro lado, alguns trabalhos, embora aprovados (com baixas classificações) podem conter imprecisões que induzam o leitor em erro e/ou desprestigiem a Universidade do Algarve. Há ainda o problema de algumas dissertações não respeitarem as normas estabelecidas pela Universidade do Algarve para este tipo de trabalhos.

A proposta inicial foi a de que as dissertações passassem a ser acompanhadas de um documento que refletisse as críticas do júri àquele trabalho. Porém, esta proposta não recebeu amplo apoio e foi objeto de diversas críticas, pelo que não chegou a ser votada.

Foi decidido por unanimidade solicitar à Reitoria que tome medidas no sentido de que a verificação da conformidade dos trabalhos com as normas da Universidade do Algarve seja assegurada pelos Serviços da Universidade (Serviços Académicos ou Biblioteca).

Foi proposto recomendar que sejam tomadas medidas no sentido de que as dissertações, na sua versão final com acesso livre, sejam acompanhadas de documento informativo que dê conhecimento da composição do júri que avaliou essas dissertações. Esta proposta foi aprovada por maioria, com dezanove votos a favor (Amílcar Duarte, Carla Antunes, Cristina Veiga-Pires, Gustavo Nolasco, Jacinta Fernandes, João Varela, José Moreira, José Paulo Pinheiro, Lurdes Cristiano, Manuela David, Margarida Castro, Rafael Santos, Robertus Potting, Rui Marreiros, Rui Guerra, Sérgio Jesus, Susana Carreira, Tomasz Boski e Vera Marques) e uma abstenção (Graça Marques)

Foi proposto recomendar que sejam tomadas medidas no sentido de que as dissertações, na sua versão final com acesso livre, sejam acompanhadas de documento informativo que dê conhecimento da classificação atribuída ao candidato que apresentou aquele trabalho. Esta proposta foi aprovada por maioria, com treze votos a favor (Amílcar Duarte, Cristina Veiga-Pires, Gustavo Nolasco, Jacinta Fernandes, João Varela, José Paulo Pinheiro, Manuela David, Margarida Castro, Robertus Potting, Rui Marreiros, Rui Guerra, Tomasz Boski e Vera Marques), uma abstenção (Carla Antunes) e cinco votos contra (Graça Marques, Lurdes Cristiano, Rafael Santos, Sérgio Jesus e Susana Carreira). O professor José Moreira não votou porque não se encontrava na sala no momento da votação.

Foi proposto recomendar que sejam tomadas medidas no sentido de que volte a ser possível que as dissertações, na sua versão final com acesso livre, incorporem correções de gralhas detetadas pelo júri ou pelo autor. Esta proposta foi aprovada por maioria, com quinze votos a favor (Amílcar Duarte, Carla Antunes, Graça Marques, Gustavo Nolasco, Jacinta Fernandes, João Varela, Lurdes Cristiano, Margarida Castro, Rafael Santos, Robertus Potting, Rui Marreiros, Rui Guerra, Sérgio Jesus, Susana Carreira, e Tomasz Boski), um voto contra (Cristina Veiga-Pires) e quatro abstenções (Manuela David, José Moreira, Vera Marques, José Paulo Pinheiro).

Ponto 16 – Procedimento de nomeação das direções de curso.

A professora Cristina Veiga-Pires deixou de fazer parte dos trabalhos durante a discussão deste ponto.

A discussão deste assunto permitiu chegar a um consenso mais ou menos geral de que se devia evitar que o processo conducente à nomeação das direções de curso fique exclusivamente centralizada no departamento mais envolvido no leccionamento do curso, uma vez que, pelos estatutos da FCT, os cursos pertencem à Faculdade e não a qualquer departamento individual. Assim, foi decidido abrir o processo de elaboração de propostas a todos os docentes da Faculdade. O conselho científico poderá receber propostas de direções do curso que possam vir do(s) departamento(s), mas também de (grupos de) docentes individuais, que, neste caso, devem subscrever a respetiva proposta. Foi decidido recomendar que as propostas de direções de curso integrem membros de mais que um departamento. Para evitar a ausência de qualquer proposta viável para algum curso, cada departamento deve assegurar a existência de pelo menos uma proposta de direção do curso, para cada um dos cursos em cujo leccionamento está maioritariamente envolvido. As propostas devem ser entregues até dia três de Outubro, para poderem ser votadas na reunião do conselho científico prevista para o dia nove de Outubro.

A professora Margarida Cristo afirmou considerar que e os professores contratados a tempo parcial não devem integrar as comissões de curso porque não têm obrigação de permanência na Universidade do Algarve compatível com as exigências do desempenho desses cargos.

Considerando o adiantado da hora, os últimos dois pontos da ordem de trabalhos foram deixados para uma reunião posterior. A reunião foi encerrada às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, dela se lavrando a presente ata, da qual fazem parte integrante todos os documentos anexos e que vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário do Conselho Científico.

O Presidente do Conselho Científico

O Secretário do Conselho Científico

Prof. Doutor Robertus Potting

Prof. Doutor Amílcar Duarte